



2º Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo



2º Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo

Brasília 2008



Presidência da República

Secretaria Especial dos Direitos Humanos

Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Edifício Sede, 4-º andar

700064-900 Brasília, DF

Tel: (61) 34 29 35 36 / 34 29 31 06

direitoshumanos@sedh.gov.br

www.direitoshumanos.gov.br

Texto aprovado durante a reunião da CONATRAE de 17 de abril de 2008.

Relator: Leonardo Sakamoto

(Repórter Brasil – Organização de Comunicação e Projetos Sociais).

É permitida a reprodução total ou parcial da publicação,
devendo citar menção expressa na fonte de referência.

Impresso no Brasil.

Distribuição Gratuita.

B823p

Brasil. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos.
II Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo / Secretaria Especial dos
Direitos Humanos. – Brasília : SEDH, 2008.

26 p. : il.

1. Trabalho escravo, Brasil. 2. Política trabalhista, Brasil. 3. Escravidão, Brasil.
4. Direitos humanos. I. Título.

CDD 331.11734

**COMISSÃO NACIONAL PARA A ERRADICAÇÃO
DO TRABALHO ESCRAVO – CONATRAE**

Secretaria Especial dos Direitos Humanos

Titular: Ministro Paulo Vannuchi (Presidente)

Suplente: José Armando Fraga Diniz Guerra

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Titular: Ministro Reinhold Stephanes

Suplente: Jalbas Aires Manduca

Ministério da Defesa

Titular: Ministro Nelson Jobim

Suplente: Ari Matos Cardoso

Ministério do Desenvolvimento Agrário

Titular: Ministro Guilherme Cassel

Suplente: Natascha Rodenbusch Valente

Ministério do Meio Ambiente

Titular: Ministro Carlos Minc

Suplente: Adriana Sobral Barbosa Mandarino

Ministério da Previdência Social

Titular: Ministro José Pimentel

Suplente: José Aduino Filgueiras

Ministério do Trabalho e Emprego

Titular: Ministro Carlos Lupi

Suplente: Ruth Vilela

Ministério da Justiça Departamento de Polícia Federal

Titular: Paula Dora Aostri Morales

Suplente: Felipe Tavartes Seixas

Ministério da Justiça Departamento de Polícia Rodoviária Federal

Titular: Jedson José da Silva

Suplente: Rubens Portugal Bacellar Filho

Associação dos Juizes Federais do Brasil – AJUFE

Titular: Walter Nunes

Suplente: Paulo Sérgio Domingues

Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA

Titular: Claudio José Montesso

Suplente: Andréa Nocchi

Associação Nacional dos Procuradores da República – ANPR

Titular: Antônio Carlos Bigonha

Suplente: Livia Nascimento Tinoco

Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho – ANPT

Titular: Sebastião Vieira Caixeta

Suplente: Fabio Leal Cardoso

Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA

Titular: Rodolfo Tavares

Suplente: Luciana Cardoso Carvalho

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG

Titular: Antônio Lucas Filho Suplente:

Raquel Luiza Cardoso dos Reis Silva

Ordem dos Advogados do Brasil – OAB

Titular: Mary Lucia do Carmo Xavier Cohen

Suplente: Ana Maria Ribas Magno

Repórter Brasil – Organização de Comunicação e Projetos Sociais

Titular: Leonardo Sakamoto

Suplente: Maurício Monteiro Filho

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT

Titular: Rosa Maria Campos Jorge

Suplente: Valdiney Arruda

OBSERVADORES

Advocacia-Geral da União – AGU

Titular: Fabíola Araújo

Associação Nacional dos Defensores Públicos – ANADEP

Titular: Fernando Antônio Calmon Reis

Suplente: Eduardo Cirino Generoso

Comissão Pastoral da Terra –CPT

Titular: Xavier Plassat

Suplente: José Batista Gonsalves

Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo/IFCH/UFRJ (GPTEC)

Titular: Ricardo Rezende

Titular: Gelba Cavalcante de Cerqueira

Catholic Relief Services – CRS Programa Brasil

Titular: Senhora Rogenir A. Santos Costa

Instituto Ethos

Titular: Caio Magri

Suplente: Cristina Spera

Organização Internacional do Trabalho – OIT

Titular: Andréa Bolzon

Suplente: Luiz Machado

Procuradoria Geral da República

Titular: Ela Wiecko V. de Castilho

Suplente: Haroldo Ferraz da Nóbrega

Procuradoria Geral do Trabalho

Titular: Jonas Ratier Moreno

Suplente: Luis Antônio Camargo de Melo

APRESENTAÇÃO

Este 2.º Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo foi produzido pela Conatrae – Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo e representa uma ampla atualização do primeiro plano. Aprovada em 17 de abril de 2008, esta nova versão incorpora cinco anos de experiência e introduz modificações que decorrem de uma reflexão permanente sobre as distintas frentes de luta contra essa forma brutal de violação dos Direitos Humanos.

Hoje, o País pode se orgulhar do reconhecimento internacional que obteve a respeito dos progressos alcançados nessa área: 68,4% das metas estipuladas pelo Plano Nacional foram atingidas, total ou parcialmente, segundo avaliação realizada pela Organização Internacional do Trabalho – OIT. Para se quantificar esse avanço, registre-se que entre 1995 e 2002 haviam sido libertadas 5.893 pessoas, ao passo que, entre 2003 e 2007, 19.927 trabalhadores em condições análogas à escravidão foram resgatados dessa condição vil pelo corajoso e perseverante trabalho do Grupo Especial de Fiscalização Móvel, sediado no Ministério do Trabalho.

Num balanço geral, constata-se que o Brasil caminhou de forma mais palpável no que se refere à fiscalização e capacitação de atores para o combate ao trabalho escravo, bem como na conscientização dos trabalhadores sobre os seus direitos. Mas avançou menos no que diz respeito às medidas para a diminuição da impunidade e para garantir emprego e reforma agrária nas regiões fornecedoras de mão-de-obra escrava. Conseqüentemente, o novo plano concentra esforços nessas duas áreas

Ainda existem importantes barreiras a superar, com vistas a garantir o cumprimento de todas as metas do plano. O Poder Legislativo detém em suas mãos, neste momento, um instrumento que os especialistas apontam

como decisivo para erradicar de vez essa mácula que envergonha o país. Trata-se de aprovar definitivamente a Proposta de Emenda Constitucional 438, que prevê a expropriação e destinação para reforma agrária de todas as terras onde essa vil opressão do trabalho humano seja flagrada. Já aprovada no Senado, a proposta depende apenas de confirmar em segunda votação o resultado positivo já alcançado na primeira votação realizada também na Câmara dos Deputados.

Além disso, segue acumulando força a articulação empresarial em torno do Pacto Nacional, cujos signatários se comprometem a não adquirir qualquer produto cuja produção incorpore trabalho escravo em sua cadeia produtiva, bem como o Pacto Federativo, inicialmente articulado pelos governos estaduais do Pará, Maranhão, Mato Grosso, Tocantins, Piauí e Bahia, com potencial para se estender a todas as 27 unidades federativas. Alguns desses estados já possuem um Plano Estadual e até mesmo uma lei estadual para somar forças ao enfrentamento articulado no âmbito federal.

A erradicação definitiva do trabalho escravo no Brasil é uma prioridade absoluta do governo Lula. Com energia e determinação, a Conatrae cuidará de coordenar todos os esforços estaduais e federais, conjugando ações de autoridades públicas e entidades engajadas da sociedade civil, que devem se dar as mãos para enfrentar juntas essa persistente chaga de nosso organismo social, herança maldita do passado colonial escravista e afronta intolerável aos preceitos angulares da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que completa 60 anos em 2008.

Paulo Vannuchi

Ministro da Secretaria Especial dos Direitos Humanos
da Presidência da República





SUMÁRIO

2º- PLANO NACIONAL PARA A ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

| | |
|---|----|
| 1) AÇÕES GERAIS _____ | 12 |
| 2) AÇÕES DE ENFRENTAMENTO E REPRESSÃO _____ | 15 |
| 3) AÇÕES DE REINSERÇÃO E PREVENÇÃO _____ | 18 |
| 4) AÇÕES DE INFORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO _____ | 21 |
| 5) AÇÕES ESPECÍFICAS DE REPRESSÃO ECONÔMICA _____ | 23 |

| AÇÃO | RESPONSÁVEIS | PARCEIROS | PRAZO |
|---|---|---|-------------|
| 1 – Manter a erradicação do trabalho escravo contemporâneo como prioridade do Estado brasileiro. | Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público | - | Contínuo |
| 2 – Estabelecer estratégias de atuação operacional integrada em relação às ações preventivas dos órgãos do Executivo, do Ministério Público e da sociedade civil com o objetivo de erradicar o trabalho escravo. | SEDH, Conatrae e Coetraes | CDES, MTE, MJ, MPF, MPT, Ibama/MMA, Incra/MDA, RFB/MF e sociedade civil | Contínuo |
| 3 – Estabelecer estratégias de atuação integrada em relação às ações repressivas dos órgãos do Executivo, do Judiciário e do Ministério Público, com o objetivo de erradicar o trabalho escravo. | MTE, MPT e MPF, AGU, DPRF e DPF/MJ | SEDH, PF/MJ, Conatrae e Coetraes | Contínuo |
| 4 – Manter o programa de erradicação do trabalho escravo como programa estratégico e prioritário nos Planos Plurianuais nacional e estaduais, bem como definir dotações suficientes para a implementação das ações definidas neste documento. | PR, Governos Estaduais, SEDH, MTE, MJ e MPOG | - | Contínuo |
| 5 – Priorizar processos e medidas referentes a trabalho escravo nos seguintes órgãos: Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego/MTE, SIT/MTE, Ministério Público do Trabalho, Justiça do Trabalho, Departamento de Polícia Federal, Ministério Público Federal e Justiça Federal. | SRTE e SIT/MTE, MPT, MPF, JT, JF, DPF/MJ | Ajufe, ANPT, ANPF e Anamatra | Contínuo |
| 6 – Buscar a aprovação da PEC 438/2001, com a redação da PEC 232/1995 pensada à primeira, que altera o artigo 243 da Constituição Federal e dispõe sobre a expropriação de terras onde forem encontrados trabalhadores reduzidos a condição análoga à de escravos. | PR e Congresso Nacional | Conatrae e Casa Civil | Curto Prazo |

| | | | |
|---|---|--|-------------|
| 7 – Criar e manter uma base de dados que reúna informações dos principais agentes envolvidos no combate ao trabalho escravo para auxiliar em ações de prevenção e repressão e na elaboração de leis. | MTE | SEDH, MPF, MPT, AGU, Ibama/MMA e ICM-Bio, INCRA/MDA, RFB/MF, DPRF e DPF/MJ, JF, JT, GPTEC/UFRJ, OAB, CPT, OIT, RB, Contag, Ajufe, Anamatra, Coetraes, institutos de pesquisa e sociedade civil | Curto Prazo |
| 8 – Sistematizar a troca de informações relevantes ao trabalho escravo. | SEDH e Conatrae | - | Contínuo |
| 9 – Criar um Grupo Executivo de Erradicação ao Trabalho Escravo, como órgão operacional vinculado à Conatrae, para garantir uma ação conjunta e articulada nas operações de fiscalização entre as equipes móveis, MPT, JT, MPF, Ibama e RFB, e nas demais ações que visem à erradicação do trabalho escravo. Destinar orçamento para o funcionamento desse grupo executivo. | MTE, DPF e DPRF/MJ, MPF e MPT, MPOG, Incra/MDA, Ibama/MMA | Conatrae | Curto Prazo |
| 10 – Monitorar a execução do Termo de Solução amistosa firmado pelo governo brasileiro junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA em relação à vítima de trabalho escravo José Pereira, da fazenda Espírito Santo (PA). | SEDH | CPT, Cejil e sociedade civil | Contínuo |
| 11 – Incentivar e apoiar a implementação de planos estaduais e municipais para erradicação do trabalho escravo. Nos locais onde planos já estão implementados, apoiar e acompanhar o cumprimento das ações e o trabalho das comissões estaduais e municipais para a erradicação do trabalho escravo e articular as suas atividades com as da esfera federal. | Conatrae, Governos Estaduais e Municipais, Coetraes, Competes | SEDH | Contínuo |



| | | | |
|---|---|---|-------------|
| 12 – Criar e implantar estruturas de atendimento jurídico e social aos trabalhadores imigrantes em situação legal e ilegal em território brasileiro, incluindo serviço de emissão de documentação básica, como prevenção ao trabalho escravo. | SEDH, MDS, MJ e Governos Estaduais | MTE, MPT, OIT, PM, MRE. sociedade civil | Curto Prazo |
| 13 – Buscar a alteração do Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980) para garantir a regularização gratuita dos trabalhadores imigrantes encontrados em situação de trabalho escravo e degradante em território nacional. | MTE, MJ | - | Médio Prazo |
| 14 – Realizar diagnósticos sobre a situação do trabalho escravo contemporâneo. | OIT, GPTEC/UFRJ, institutos de pesquisas, universidades, Coetraes e entidades da sociedade civil | MTE e MPT | Contínuo |
| 15 – Definir e monitorar indicadores de execução dos compromissos de combate ao trabalho escravo, como este Plano Nacional, mas também os planos estaduais e aqueles ligados a órgãos dos três poderes, com periodicidade anual. | Grupo Executivo de Erradicação ao Trabalho Escravo e subcomissões da Conatrae criadas com essa finalidade | Conatrae | Contínuo |

| AÇÃO | RESPONSÁVEIS | PARCEIROS | PRAZO |
|--|--|--|-------------|
| 16 – Disponibilizar equipes de fiscalização móvel nacionais e regionais em número suficiente para atender as denúncias e demandas do planejamento anual da inspeção. | MTE | - | Contínuo |
| 17 – Manter à disposição do Grupo Móvel de Fiscalização adequada estrutura logística, como veículos e material de informática e de comunicação, no intuito de garantir a execução das atividades. | MTE | MD | Contínuo |
| 18 – Ampliar a fiscalização prévia, sem necessidade de denúncia, a locais com altos índices de incidência de trabalho escravo. | MTE | - | Curto Prazo |
| 19 – Realizar concurso, periodicamente, para a carreira de Auditores Fiscais do Trabalho, visando ao provimento das vagas existentes, com destinação suficiente para atuação no combate ao trabalho escravo. | MTE e MPOG | - | Curto Prazo |
| 20 – Investir na formação/capacitação dos Auditores Fiscais do Trabalho, de Policiais Federais, Policiais Rodoviários Federais, Fiscais do Ibama, Procuradores do Trabalho e Procuradores da República. | MTE, MPT, MPF, DPF, DPRF, Ibama/MMA e MPOG | PR, Congresso Nacional, OIT, ANPT e Anamatra | Contínuo |
| 21 – Para a execução das atividades de Polícia Judiciária pela Polícia Federal no combate ao trabalho escravo, disponibilizar permanentemente, em cada equipe de fiscalização, um Delegado e os agentes necessários. | DPF/MJ | MPOG, PR e Congresso Nacional | Contínuo |



| | | | |
|---|----------------------|-------------------------------|-------------|
| 22 – Garantir recursos orçamentários para custeio de diárias e locomoção dos Delegados, Agentes Policiais Federais e Policiais Rodoviários Federais e seus respectivos assistentes, de forma a viabilizar a participação do MJ (DPF e DPRF) nas diligências de inspeção de trabalho escravo. | DPF e DPRF/MJ | MPOG, PR e Congresso Nacional | Curto prazo |
| 23 – Propor projeto de emenda constitucional para fortalecer a integração entre as ações da Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal como instituições capacitadas a levantar indícios de trabalho escravo para instruir ações penais, trabalhistas e civis, respeitando as competências estabelecidas em lei. | DPF e DPRF/MJ | MPF e MPT | Curto Prazo |
| 24 – Ampliar junto à Polícia Rodoviária Federal e MD programas de fiscalização nos eixos de transporte irregular e de aliciamento de trabalhadores, exigindo a regularização da situação dos veículos e encaminhando os trabalhadores ao Ministério do Trabalho e Emprego para regularizar as condições de contratação do trabalho. | DPRF/MJ, MD e MTE | - | Contínuo |
| 25 – Realizar concursos públicos para a Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal, para os cargos de agente e Delegado, destinando vagas em número suficiente para as ações do Grupo Móvel de Fiscalização. | DPF e DPRF/MJ e MPOG | PR e Congresso Nacional | Curto Prazo |
| 26 – Fortalecer as estruturas físicas e de pessoal do Ministério Público do Trabalho e do Ministério Público Federal visando ao combate ao trabalho escravo e ao aliciamento de trabalhadores. Buscar o encaminhamento e aprovação dos Projetos de Lei que cria cargos de procuradores e servidores para as instituições. | MPT, MPF, MPU | PR e Congresso Nacional | Curto Prazo |

| | | | |
|--|---|---|-------------|
| 27 – Garantir recursos orçamentários e financeiros para custeio de diárias e locomoção dos Procuradores do Trabalho e dos Procuradores da República e seus respectivos assistentes, de forma a viabilizar a participação do Ministério Público do Trabalho e do Ministério Público Federal em todas as diligências de inspeção de trabalho escravo, no intuito de imprimir agilidade aos procedimentos destinados à adoção das medidas administrativas e judiciais cabíveis. | PR, Congresso Nacional, MPF, MPT, e MPOG | - | Curto Prazo |
| 28 – Efetivar a interiorização do Ministério Público do Trabalho, do Ministério Público Federal, da Justiça do Trabalho, da Polícia Federal e da Polícia Rodoviária Federal. Buscar a criação de cargos de procuradores, juizes, policiais e servidores, com encaminhamento ao Congresso Nacional dos respectivos projetos. | MPT, MPF, MPU, TST, MPOG e Congresso Nacional | PR | Imediato |
| 29 – Buscar a aprovação de mudança no artigo 149 do Código Penal, elevando a pena mínima de 2 para 4 anos para o crime de sujeitar alguém a trabalho análogo ao de escravo. | Congresso Nacional e Casa Civil | Conatrac | Curto Prazo |
| 30 – Desenvolver uma ação para suprimir a intermediação ilegal de mão-de-obra – principalmente a ação de contratadores (“gatos”) e de empresas prestadoras de serviços que desempenham a mesma função, como prevenção ao trabalho escravo. | MTE, MPT e JT | DPF e DPRF/MJ, Anamatra, MPT, ANPT, Sinait, RFB, Governos Estaduais, Coetraes e sociedade civil | Contínuo |
| 31 – Acompanhar os processos que versam sobre a utilização de trabalho escravo, que se encontram tramitando no Poder Judiciário, atuando no sentido de sensibilizar juizes, desembargadores e ministros para o problema. | Anamatra, Ajufe, ANPT, ANPF, MPT e MPF | - | Contínuo |



| AÇÃO | RESPONSÁVEIS | PARCEIROS | PRAZO |
|--|---|------------------------|----------|
| 32 – Implementar uma política de reinserção social de forma a assegurar que os trabalhadores libertados não voltem a ser escravizados, com ações específicas voltadas a geração de emprego e renda, reforma agrária, educação profissionalizante e reintegração do trabalhador. | PR, MTE MJ, MDS, Incra/MDA, Governos Estaduais e Municipais e MEC | SEDH e sociedade civil | Contínuo |
| 33 – Priorizar a reforma agrária em municípios de origem, de aliciamento, e de resgate de trabalhadores escravizados. | Incra/MDA | PR e MPF | Contínuo |
| 34 – Privilegiar o apoio a iniciativas de geração de emprego e renda voltadas para regiões com altos índices de aliciamento para o trabalho escravo. | Senaes e equivalentes estaduais | - | Contínuo |
| 35 – Garantir a emissão de documentação civil básica a todos os libertados da escravidão, como primeira etapa da política de inserção social. Nos registros civis incluem-se: Certidão de Nascimento, Carteira de Identidade, Carteira de Trabalho e CPF. | SEDH, MDS, MJ, MPS e MTE | - | Contínuo |
| 36 – Garantir a continuidade do acesso às vítimas do trabalho escravo ao seguro-desemprego e benefícios sociais temporários, favorecendo seu processo de inserção social. Utilização de recursos do FAT para garantir uma bolsa de um salário mínimo para que cada trabalhador resgatado possa se dedicar a programas de qualificação profissional por um prazo de até um ano. | MTE, MDS e INSS/MPS | Sociedade civil | Contínuo |
| 37 – Garantir o acesso das pessoas resgatadas do trabalho escravo ao Programa Bolsa-Família. | MTE e MDS | - | Contínuo |

| | | | |
|---|---|---|-------------|
| 38 – Identificar programas governamentais nas áreas de saúde, educação e moradia e priorizar nesses programas os municípios reconhecidos como focos de aliciamento de mão-de-obra escrava. | SEDH, MDS, MS e MEC | - | Curto Prazo |
| 39 – Garantir a assistência jurídica aos trabalhadores em situação de risco ou libertados do trabalho escravo, seja por intermédio das Defensorias Públicas, seja por meio de instituições que possam conceder este atendimento – OAB, escritórios modelos, balcões de direitos, dentre outros. | MJ, SEDH, Governos Estaduais e Municipais, OAB, CPT, universidades e sociedade civil | - | Médio Prazo |
| 40 – Apoiar e incentivar a celebração de pactos coletivos entre as representações de empregadores e trabalhadores dos setores sucroalcooleiro e carvoeiro para a melhoria das condições de trabalho, saúde e segurança. | MTE, MPT, Contag e CNA, CNI | - | Curto Prazo |
| 41 – Promover o desenvolvimento do programa “Escravo, nem pensar!” de capacitação de professores e lideranças populares para o combate ao trabalho escravo, nos estados em que ele é ação do Plano Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo. | SEDH, MEC, Conatrae, OIT, CPT, Contag, Anamatra, ANPT, Sinait, RB, Governos Estaduais e Municipais e Coetraes | - | Contínuo |
| 42 – Incluir a temática do trabalho escravo contemporâneo nos parâmetros curriculares municipais, estaduais e nacionais. | SEDH, MEC, Secretarias estaduais e municipais de educação | Conatrae, OIT, CPT, Contag, Anamatra, ANPT, Sinait, RB e Coetraes | Curto Prazo |
| 43 – Buscar a implantação de agências locais do Sistema Nacional de Emprego (Sine) nos municípios de aliciamento para o trabalho escravo a fim de evitar a intermediação ilegal de mão-de-obra. | MTE e SRTEs | - | Curto Prazo |



| | | | |
|--|--------------------------------------|-----------------|-------------|
| 44 – Implantar centros de atendimento ao trabalhador nos municípios que são focos de aliciamento e libertação de trabalhadores. Buscar articulação com os centros de referência de assistência social. | MDS, Governos Estaduais e Municipais | Sociedade civil | Contínuo |
| 45 – Buscar aprovação no Codefat de resolução para destinação de fundos para financiamento de ações de geração de emprego e renda em regiões com altos índices de aliciamento para o trabalho escravo. | MTE e MPS | - | Curto Prazo |
| 46 – Aplicar em projetos de prevenção ao trabalho escravo o valor de multas e indenizações por danos morais resultantes das ações de fiscalização do trabalho escravo. | MPT e JT | Sociedade civil | Contínuo |
| 47 – Promover ações para inclusão social e econômica para as vítimas de situação de escravidão, incluindo trabalhadores rurais, comunidades e povos extrativistas e tradicionais. | MMA, MDS, MDA e MTE, MDIC | - | Curto Prazo |



| AÇÃO | RESPONSÁVEIS | PARCEIROS | PRAZO |
|--|---|---|-------------|
| 48 – Estabelecer uma campanha nacional de conscientização, sensibilização e capacitação para erradicação do trabalho escravo, com a promoção de debates sobre o tema nas universidades, no Poder Judiciário e Ministério Público. | PR, Conatrae, OIT, STF, STJ, TST, MPU, MPs estaduais e universidades públicas e particulares | GPTEC/UFRJ, sociedade civil e mídia | Curto Prazo |
| 49 – Estimular a produção, reprodução e divulgação de literatura básica, técnica ou científica sobre trabalho escravo, como literatura de referência para capacitação das instituições parceiras. | MPF, MPT, JF, JT, MTE, OIT, GPTEC/UFRJ, SEDH, MJ, OAB, Ajufe, Anamatra, sociedade civil, institutos de pesquisa e universidades | Conatrae | Contínuo |
| 50 – Envolver a mídia comunitária, local, regional e nacional, incentivando a presença do tema do trabalho escravo contemporâneo nos veículos de comunicação. | Assessorias de comunicação ou similares das entidades que compõem a Conatrae, especificamente RB, MTE, SEDH, OIT, MPF, MPT, MMA, DPF, JF, JT, CPT, Contag e sociedade civil | Veículos de comunicação públicos e privados | Contínuo |
| 51 – Informar aos trabalhadores sobre seus direitos e sobre os riscos de se tornarem escravos, por intermédio de campanhas de informação governamentais e da sociedade civil que atinjam diretamente a população em risco ou através da mídia, com ênfase nos veículos de comunicação locais e comunitários. | Assessorias de comunicação ou similares das entidades que compõem a Conatrae, especificamente RB, OIT, MTE, SEDH, MPF, MPT, DPF, MMA, JF, JT, CPT, Contag e sociedade civil | Veículos de comunicação públicos e privados | Contínuo |



| | | | |
|---|--|---|-------------|
| 52 – Promover a conscientização e capacitação de todos os agentes envolvidos na erradicação do trabalho escravo que não estejam contemplados pela ação 20. | MTE, DPF e DPRF/MJ, MPF, MPT, OIT | Ajufe, Anamatra, ANPT, ANPF, RB, GPTEC/UFRJ, CPTe sociedade civil | Contínuo |
| 53 – Buscar aprovação no Codefat de resolução para destinação de fundos para capacitação técnica e profissionalizante de trabalhadores rurais e de povos e comunidades tradicionais, como medida preventiva ao trabalho escravo. | MTE e MPS | - | Curto Prazo |
| 54 – Incentivar os meios profissionais e empresariais a adotar planos voltados para a sensibilização e capacitação dos seus integrantes, tendo em vista sua pronta adequação às regras trabalhistas em vigor no Brasil. | IE, OIT, RB, CNA, Sindicatos e setor empresarial | MTE e MPT | Contínuo |
| 55 – Ampliar campanhas de informação sobre a promoção do trabalho decente e sobre o cumprimento da legislação trabalhista, voltadas aos produtores rurais e povos e comunidades tradicionais. | CNA e OIT | MTE e MPT | Contínuo |
| 56 – Atuar nas rodovias e estradas federais, hidrovias e ferrovias em campanhas para identificar propriedades ou veículos de transporte com trabalhadores escravos, visando aprimorar os mecanismos de denúncia de trabalho escravo e tráfico de seres humanos. | DPRF/MJ e MD | - | Contínuo |

| AÇÃO | RESPONSÁVEIS | PARCEIROS | PRAZO |
|--|-------------------------|--|-------------|
| 57 – Manter a divulgação sistemática do cadastro de empregadores que utilizaram mão-de-obra escrava em mídia de grande circulação e rádios comunitárias e incentivar sua consulta para os devidos fins. | MTE e RB | Ministérios que recebem o cadastro de acordo com a portaria do MTE que instituiu, OIT, MPT, ANPT, Anamatra e sociedade civil | Contínuo |
| 58 – Defender judicialmente a constitucionalidade do Cadastro de Empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à de escravo. | MTE e AGU | MPF e MPT | Contínuo |
| 59 – Estender ao setor bancário privado a proibição de acesso a crédito aos relacionados no cadastro de empregadores que utilizaram mão-de-obra escrava. Manter a proibição de acesso ao crédito nas instituições financeiras públicas. | MF, CMN e MI | BB, BNDES, Basa, BNB e CEF | Curto Prazo |
| 60 – Atuar para eliminar o trabalho escravo da economia brasileira através de ações junto a fornecedores e clientes. | Setor empresarial | MPT, Ethos, OIT e RB | Contínuo |
| 61 – Promover o desenvolvimento do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, com o monitoramento das empresas signatárias e a realização periódica de estudos de cadeias produtivas em que há ocorrência de trabalho escravo. | Ethos, OIT e RB | SEDH, MTE, MPT e IOS | Contínuo |
| 62 – Buscar a aprovação do Projeto de Lei nº 2.022/96, que dispõe sobre as “vedações a formalização de contratos com órgãos e entidades da administração pública e a participação em licitações por eles promovidas às empresas que, direta ou indiretamente, utilizem trabalho escravo na produção de bens e serviços”. | PR e Congresso Nacional | Conatrae | Curto Prazo |



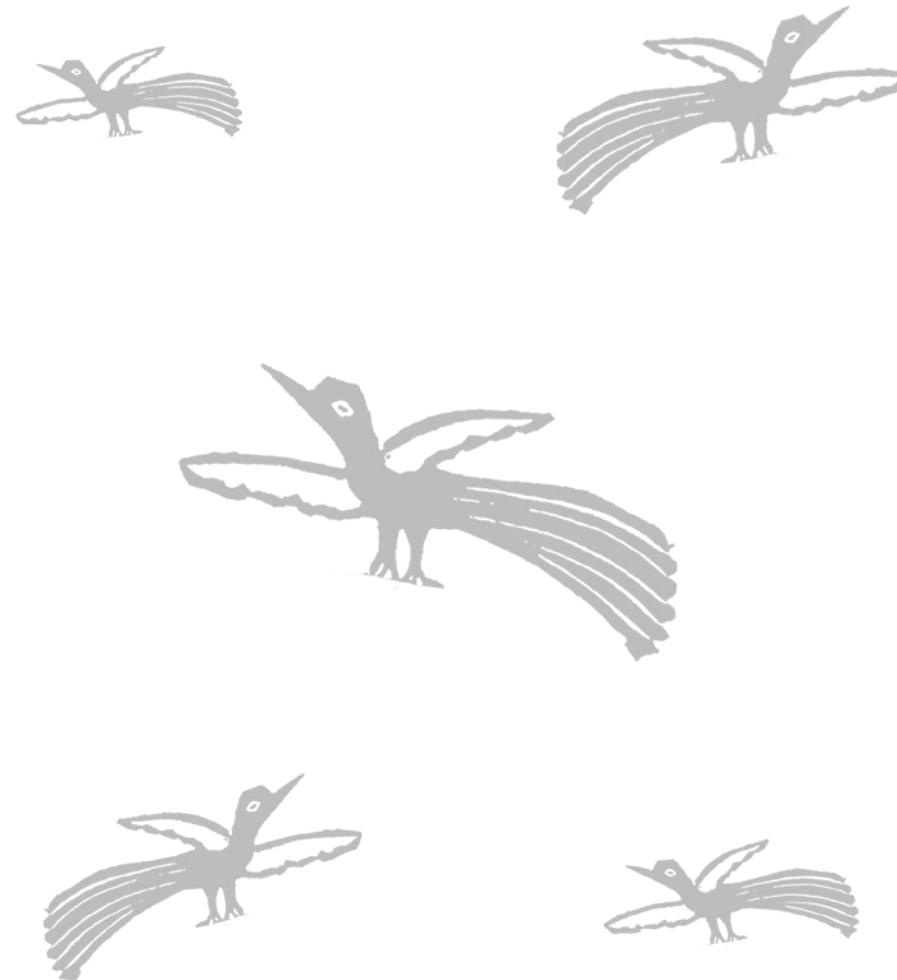
| | | | |
|---|--|-----------|-------------|
| 63 – Buscar a aprovação de legislação em planos federal, estadual e municipal, vedando participação em licitações no poder executivo, legislativo e judiciário dos nomes presentes no Cadastro de Empregadores que tenham mantido trabalhadores em condição análoga à de escravo. | Congresso Nacional, Assembleias Estaduais e Câmaras Municipais | - | Médio Prazo |
| 64 – Sensibilizar o Supremo Tribunal Federal para a relevância dos critérios trabalhista e ambiental, além da produtividade, na apreciação do cumprimento da função social da propriedade, como medida para contribuir com a erradicação do trabalho escravo. | MDA e Conatrae | PR | Curto Prazo |
| 65 – Investigar sistematicamente, e divulgar os resultados a cada seis meses, da cadeia dominial de imóveis flagrados com trabalho escravo e, eventualmente, retomar as terras públicas e destiná-las à reforma agrária. | Incra/MDA | MPF | Contínuo |
| 66 – Desenvolver propostas normativas, rotinas e estratégias administrativas conjuntas para aprimorar a ação fiscalizatória sobre os imóveis com suspeita de trabalho escravo e para desapropriá-los para a reforma agrária e quando caracterizado o descumprimento da função social, em razão da violação grave das normas trabalhistas. | Presidência da República, MTE, Ibama/MMA e Incra/MDA | MPF e MPT | Curto Prazo |

GLOSSÁRIO

AGU – Advocacia-Geral da União
 AJUFE – Associação dos Juizes Federais do Brasil
 ANAMATRA – Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho
 ANPR – Associação Nacional dos Procuradores da República
 ANPT – Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho
 BASA – Banco da Amazônia
 BB – Banco do Brasil
 BNB – Banco do Nordeste
 BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
 CDES – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social
 CEF – Caixa Econômica Federal
 CEJIL – Centro pela Justiça e o Direito Internacional
 CMN – Conselho Monetário Nacional
 CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
 COETRAE – Comissão Estadual para a Erradicação do Trabalho Escravo
 Compete – Comissão Municipal para a Erradicação do Trabalho Escravo
 CONATRAE – Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo
 CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
 CPT – Comissão Pastoral da Terra
 DPF – Departamento de Polícia Federal
 DPRF – Departamento de Polícia Rodoviária Federal
 Ethos – Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social
 GPTEC – Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo
 IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
 ICM-Bio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
 INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
 INSS – Instituto Nacional do Seguro Social
 IOS – Instituto Observatório Social
 JF – Justiça Federal



JT – Justiça do Trabalho
MD – Ministério da Defesa
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC – Ministério da Educação
MF – Ministério da Fazenda
MI – Ministério da Integração Nacional
MJ – Ministério da Justiça
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MPF – Ministério Público Federal
MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MPS – Ministério da Previdência Social
MPT – Ministério Público do Trabalho
MPU – Ministério Público da União
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
OIT – Organização Internacional do Trabalho
PM – Pastoral do Migrante
PR – Presidência da República
RB – ONG Repórter Brasil
RFB – Receita Federal do Brasil
SEDH – Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República
SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária
SINAIT – Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
SIT – Secretaria de Inspeção do Trabalho
SRTE – Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego
STF – Supremo Tribunal Federal
STJ – Superior Tribunal de Justiça
TST – Tribunal Superior do Trabalho
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro





Secretaria Especial
dos Direitos Humanos

